

Os trabalhos de Joaquim Manuel Correia

João B. Serra*

Joaquim Manuel Correia fez parte de uma geração de intelectuais políticos que marcou a viragem do século XIX para o século XX em Portugal. Debatendo a viabilidade do país, que a geração precedente, a de 70, colocara em causa, procuraram na história e na cultura as expressões de uma identidade que permitisse resistir à crise e reinventar um novo destino. Conhecemos figuras que obtiveram, em razão do prestígio ou do cargo, um significativo reconhecimento. Por detrás delas, perfila-se porém um conjunto muito alargado de nomes, que só uma investigação conduzida no âmbito local permite revelar. Eles formaram uma autêntica rede de conhecimento e intervenção que trouxe densidade e vivacidade às instituições sociais da malha urbana portuguesa. E fundamentaram a ambição de uma pátria renovada, onde lançaram raízes os movimentos de reforma política.

Interessaram-se pela arqueologia, registaram modos de vida e recolheram vestígios do passado. Prestaram atenção aos instrumentos de trabalho e outros elementos da cultura material. Realizaram pesquisas nos domínios da língua, da literatura, da etnografia, da geografia física e humana. Criaram as primeiras publicações científicas nas áreas da história e do património, estimularam as sociedades de estudos locais e regionais e apadrinharam a fundação de periódicos nas vilas e cidades, nos quais, aliás, davam a lume o resultado das suas pesquisas e reflexões. Eram professores, advogados, notários, médicos, farmacêuticos, engenheiros, militares, artistas. Na primeira década do século XX, sobretudo

* Historiador. Professor da Escola Superior de Artes e Design das Caldas da Rainha. Membro do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

depois de 1907, alguns vieram engrossar as fileiras do Partido Republicano, no qual depositaram a esperança de concretizar um desígnio de modernidade e de regeneração nacional que a monarquia deixara de protagonizar.

Nascido no concelho do Sabugal, em 1858, Joaquim Manuel Correia, estabeleceu banca de advogado nas Caldas da Rainha em Fevereiro de 1905. A sua presença na região remontava, porém, a 1888, quando, com o curso de Direito ainda por concluir, veio desempenhar as funções de Administrador do Concelho, em Peniche. Aí conheceu a sua futura mulher, filha do subdelegado de saúde, Dr. Fernando Garcia da Silva, mas não parece que em Peniche tenha encontrado outros motivos de atracção. Voltou a Coimbra em 1889, para concluir a sua formatura e regressou ao Sabugal, com escritório de advogado. Será a morte do sogro, proprietário de uma quinta na Columbeira, concelho de Óbidos (hoje Bombarral), que o determina a instalar-se aqui e a adquirir também residência nas Caldas da Rainha.

Quase a completar meio século de vida, Joaquim Manuel Correia rapidamente se integrou no meio local, frequentando as tertúlias da vila. As suas simpatias republicanas, já afirmadas no Sabugal e provavelmente originadas na frequência da Universidade de Coimbra, foram percebidas. Em Março de 1907, o Partido Republicano das Caldas, constituído em Dezembro do ano anterior, convidou-o para fazer uma conferência aos seus simpatizantes. Nas eleições municipais de Novembro de 1908, encabeçou a lista concorrente pelo Partido Republicano. Presidia à Comissão Municipal Republicana quando se deu o 5 de Outubro de 1910. Consequentemente, foi o primeiro Presidente da Comissão Administrativa da Câmara e Administrador do Concelho das Caldas da Rainha, a seguir à revolução republicana.

A turbulência política subsequente ao 5 de Outubro forçou porém uma separação de águas que, no caso das Caldas da Rainha, se revelou particularmente fracturante, entre radicais e

moderados. Com o avanço daqueles, no Partido e nos órgãos municipais, Joaquim Manuel Correia achou-se desautorizado e demitiu-se, ainda em 1910. Não regressou ao desempenho de funções de direcção no Partido Republicano, do qual, aliás, progressivamente se afastou.

Conhecemos alguns traços das convicções político-ideológicas de Joaquim Manuel Correia através de duas peças que publiquei anteriormente, extraídas do manuscrito inédito, *Subsídios para a História do Partido Republicano das Caldas da Rainha*. A primeira é o Edital que o Administrador do Concelho mandou afixar, a 7 de Outubro de 1910, onde se proclama o fim da monarquia, e, com ele, do princípio ultrapassado e inaceitável da origem divina do poder. A república, de facto, distingue-se por ser um regime adequado ao “estado actual da civilização”, e conseqüentemente tributário da razão, prestando “culto e homenagem aos homens da ciência, aos operários do progresso e às conquistas da civilização”.

As traves mestras em que assentará a República serão, segundo anuncia o representante do poder revolucionário nas Caldas da Rainha, uma administração de processos honestos e a separação entre religião e Estado. A primeira será garantida pela noção de bem comum que orientará a acção governativa. A separação entre religião e Estado decorre do lema “dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César”, sendo, neste caso, César “os princípios que se impõem à razão e às aspirações dignas e generosas dos povos cultos”.

Igualmente reveladoras são as palavras que profere durante uma delicada missão que, entre 13 e 14 de Outubro de 1910 empreende numa das freguesias rurais do concelho, motivada por um conflito que opõe o professor primário e o pároco acerca da hora de repique dos sinos para o officio do rosário. Joaquim Manuel Correia, depois de ouvir no local (distante da sede do concelho cerca de 16 km) as testemunhas, dirige-se à população convocada para o largo da aldeia. O alvo principal do Administrador é o que designa por fanatismo, os

exageros no cumprimento das obrigações religiosas. No seu entender, este cumprimento deverá ser moderado pelos chamados “bons princípios”, exactamente os que garantem a saudável convivência entre homens e mulheres, entre gerações e até entre grupos e facções. O fanatismo é condenável, pois, como todos os excessos, e neste caso, de forma especial, porque se opõe à razão e ao progresso.

No discurso da recém-nomeada autoridade das Caldas da Rainha reflectem-se pois as concepções dominantes da propaganda republicana: o governo republicano é legitimado pela prossecução do interesse geral. Nele aflora também a ideologia positivista que propugna o governo científico e aponta como inevitável o advento do estado positivo, em substituição dos estados anteriores, teológico e metafísico. Esta concepção desenvolveu-a Joaquim Manuel Correia, com recurso ao exemplo da evolução histórica da Humanidade, na conferência que produziu no Centro Republicano Caldense, em Março de 1907, resumidamente referenciada no aludido manuscrito.

Os anos que precederam a decisão de trocar o Sabugal pelas Caldas foram tempos de intensa actividade intelectual, tendo-se o autor ocupado de umas *Memórias sobre o Concelho do Sabugal* (cujo antetítulo é *Terras de Riba-Coa*), e do romance *Celestina*, obras elaboradas no essencial em 1904 e 1905 e que só foram editadas postumamente (a monografia, em 1946, pela Federação dos Municípios da Beira-Serra, o romance, agora, pela Câmara Municipal do Sabugal).

A contiguidade da produção destes dois trabalhos acentuou os nexos entre ambos. Eles traduzem-se não apenas no enquadramento genérico territorial e histórico das respectivas construções - romanesca uma, descritiva outra - como também em inúmeros aspectos que configuram uma espécie de estudo de caso. Joaquim Manuel Correia localizou uma intriga “histórica” num espaço social que conhecia bem, enquanto residente e enquanto investigador do respectivo património histórico e etnográfico.

O interesse maior de *Celestina* reside, talvez, mais na evocação dos ambientes sociais e paisagísticos da região do Sabugal nas décadas de 70 e 80 do século XIX, do que na saga “camiliana” de Celestina e dos seus amores mal sucedidos.

Sentindo-se parte dessa pequena pátria – o Sabugal, o seu território – Joaquim Manuel Correia quis dá-la a saber à grande pátria – Portugal. Fê-lo com os instrumentos e métodos históricos e etnográficos do seu tempo, na convicção de que a identidade nacional sairia tanto mais enriquecida (e fortalecida) quanto mais pormenorizado fosse o inventário cumulativo das identidades locais e regionais. O país que a geração intelectual de Joaquim Manuel Correia “descobriu” era afinal uma unidade feita de uma imensa diversidade cultural e geográfica.

Celestina não é um romance doutrinário, embora nele o autor tenha deixado, em apontamentos fugazes, uma ou outra observação sobre a política e as sociedades. Ali encontramos, por exemplo, a afirmação de que a legitimidade do poder não poderá continuar a residir na força das armas ou na imposição pela crença religiosa, mas na força da “inteligência, manifestada em instituições generosas, derivando de ideias altruístas, que se traduzem no respeito do povo e da lei, essência da sociedade bem organizada que se propõe conseguir o bem colectivo”.

Sem a dedicação evidenciada pelos seus descendentes, o Professor Doutor Fernando da Silva Correia, filho, e a Professora Doutora Natália Correia Guedes, neta, a obra criativa de Joaquim Manuel Correia ter-se-ia perdido. Mas o baú de inéditos ou trabalhos pouco conhecidos do autor está longe de ter sido esvaziado. *Os Subsídios para a História do Partido Republicano das Caldas da Rainha* e as *Memórias Biográficas* merecem certamente ser publicados. Do mesmo modo, justificar-se-á reunir para edição as dezenas e dezenas de artigos que Fernando Correia apontou como resultados de colaborações em

jornais do Porto, Coimbra e Caldas da Rainha (especialmente volumosa é a colaboração no jornal *Gazeta das Caldas*, de cujo núcleo de fundadores, em 1925, fez parte). Há ainda as fichas dos levantamentos que efectuou para Leite de Vasconcelos e que figuram no espólio do Museu de Arqueologia. As centenas de desenhos e aguarelas que retratam pessoas e paisagens e edifícios aguardam uma selecção editável. E bem assim os diários e notas de viagens.

Em suma, há ainda muito a fazer para podermos obter um painel completo do interessante labor intelectual deste protagonista de uma geração que se aplicou em identificar Portugal e o seu património de história e cultura.